

A CRISE DO ESTADO BRASILEIRO E AS PRIVATIZAÇÕES: RUMOS E METAMORFOSES

*Anton Karl Biedermann**
*Alfredo Marcolin Peringer***

1 - O conceito de crise

O estudo das crises na história do pensamento econômico encontra-se correlacionado a uma série de fatores, como, por exemplo, às variações da produção agrícola, às condições meteorológicas, às guerras, às invenções ou a outras influências exógenas, ou seja, a outras influências causadas por fatores externos à administração do país.

Não resta a menor dúvida de que essas influências exógenas causam a queda da renda naqueles países que as enfrentam, tornando-os mais pobres. Contudo, além de serem de curta duração, tendem a se localizar num ou noutro setor. Não podem, por isso, ser responsabilizadas pela continuidade da crise, pois dificilmente vamos encontrar ciclos meteorológicos ou quedas contínuas de produção causados por pragas, corrosões do solo e outros problemas que explicam, dentro desse contexto, a queda da renda de uma forma contínua ou do seu alastramento por todos os setores da economia.

Na verdade, as crises podem ser definidas por uma situação de queda de renda (ou, mesmo, de contínua pobreza!), envolvendo um período prolongado de tempo, que afeta, num movimento ondulatório, toda a economia em seu conjunto. Embora também sejam, às vezes, relacionadas a um estado de pânico, às tensões financeiras intensas, à retirada em massa de fundos bancários, às quebras empresariais, às dificuldades extremas na balança de pagamentos, dentre outras, essas situações, em geral, são consequência das crises ou das depressões econômicas e não as causas delas.

Por isso, a nossa definição de crise vai ser a de um estado de depressão mais ou menos prolongado, como o que se verifica atualmente no Brasil, que, após um crescimento intenso da renda *per capita* nos anos 60 e 70, passa a experimentar queda nos anos 80, que se estende, embora de forma amenizada, aos primeiros anos da década de 90, e sem condições de trazer ânimo aos empresários e/ou de promover um crescimento auto-sustentado ao sistema.

* Presidente da FEDERASUL.

** Economista da FEDERASUL.

Para explicar esse estado de crise na economia brasileira vamos trabalhar apenas com fatores **endógenos** ao sistema, que se apóiam exclusivamente em erros econômicos, provocados pela má gestão administrativo-governamental.

Dentro da explicação endógena das crises, um país não é diferente de uma pessoa, de uma empresa ou de um setor da economia. Sempre que alguém tentar viver além de suas posses, ou seja, tentar gastar em bens e serviços mais do que recebe no presente, ou espera receber num futuro próximo, vai entrar em estado de dificuldades financeiras, que se pode transformar em crise, caso não consiga se ajustar, nivelando, pela redução dos gastos, as despesas às receitas esperadas.

Há uma lei econômica que ninguém consegue revogar: o que gera o gasto é a produção. Para se gastar o equivalente a um caminhão, tem de se produzir, primeiro, o equivalente a um caminhão. Acontece que a vinculação do trabalho e, conseqüentemente, dos salários com a produção não é aparente. Um trabalhador, por exemplo, de uma fábrica de automóveis produz, a cada dia, uma pequena parte dele, e é essa produção, nem mais nem menos, colocada em mercado, que lhe dá o direito aos salários e aos gastos em bens e serviços para o seu consumo e o de sua família.

Não é possível, dessa forma, a produção de um bem ou a realização de um serviço de longa maturação, sem que haja antes a abstinência de consumo. Essa abstinência deve ser no mesmo valor dos fatores de produção utilizados na produção dos bens e serviços. A título de ilustração, na produção de equipamentos para uma indústria de açúcar e álcool, a economia tem de financiar, por alguns anos, os fatores de produção (mão-de-obra, matérias-primas, capital, etc.) utilizados na fabricação desses equipamentos, até que os produtos que eles vão gerar — o açúcar e o álcool — apareçam no mercado. Deve haver, portanto, economia de alguém que já tenha produzido anteriormente, para que possa existir investimento. Alguém precisa deixar de consumir para que se possa produzir os bens de longa maturação, denominados de bens de capital ou de investimentos.

Pode-se dizer, portanto, que a poupança é o excesso de produção de alguém, assim como o investimento é o excesso de consumo de alguém. Para que a economia funcione, o valor da poupança tem de ter o mesmo valor do investimento. Um Robinson Crusoe que viva da pesca, obtendo, com vara e anzol, dois peixes por dia, quantidade necessária e suficiente para a sua sobrevivência, só vai conseguir **investir** numa rede de pesca, desde que consiga, antes, aumentar a produção de peixes diários, fazendo, dessa maneira, uma reserva técnica para os dias em que se dedicar à fabricação da rede.

Numa economia capitalista, o mercado financeiro e o mercado de capitais atuam como intermediários para que se possa produzir os bens de capital, pois nem sempre os empresários contam com recursos próprios para financiar tais operações. Nesse aspecto, o sistema financeiro capta poupança de quem se abstém de consumir e a transfere para quem deseja consumir em excesso. O consumo excessivo, porém, exercido pelos empresários, só é levado avante porque esperam contar com vendas futuras, que vão suportar a operação de crédito.

Trata-se de uma operação complexa, que envolve riscos e deve, assim, ser premiada com rendimentos suficientes para pagar o capital e os juros dos empréstimos daqueles que se abstiveram de consumir e ainda dar lucro. Aliás, os empresários desempenham um papel fundamental numa economia dinâmica e progressista. São eles que utilizam a poupança que, de outra forma, seria gasta em bens de consumo presente. São eles que transformam a poupança em bens de capital, única maneira de se aumentar a quantidade de bens e serviços no futuro e de se obter crescimento econômico.

As dificuldades econômico-financeiras surgem, dentro do conceito endógeno, quando um setor, uma empresa ou uma pessoa não conseguem administrar a contento as despesas com as suas receitas, gastando mais do que recebe no presente ou do que espera receber num futuro previsível. A persistência das dificuldades econômico-financeiras e o seu alastramento por toda a economia levam às crises.

Tem-se notado, porém, que quando as pessoas, as empresas ou algum outro setor da iniciativa privada sofrem dificuldades financeiras, essas dificuldades tendem a ficar no próprio setor e não se alastrar aos demais, não se configurando, necessariamente, uma verdadeira crise no sentido que já definimos.

Esse tipo de dificuldade ocorreu muito no passado, quando, movidos por baixas taxas de juros, os bancos que, na época, não tinham controle dos Bancos Centrais, podiam aumentar, via empréstimos, a quantidade de dinheiro em circulação de forma excessiva. Esse dinheiro era utilizado pelos empresários na produção de bens de capital, na tentativa de obterem bens de consumo futuros, em valor maior do que o investido. Nesse aspecto, sem que houvesse poupança ou abstenção de consumo, havia investimentos.

O período de euforia creditícia, entretanto, era de curta duração, pois o aumento do crédito afetava mais do que proporcionalmente a estrutura de produção dos bens de capital em relação à dos bens de consumo. Essa anomalia exigia aumento dos salários no setor inchado, sem resposta, porém, do lado da produção dos bens de consumo. Os preços e, depois, os juros tinham de voltar ao seu estado original ou, até, acima dele.

O aumento dos juros acabava inviabilizando os empreendimentos lucrativos realizados com o crédito inflacionário. Os maus investimentos tinham de ser desfeitos, pois o volume de dinheiro em circulação, com o aumento dos juros, era drasticamente reduzido, provocando queda do uso dos fatores de produção utilizados nos empreendimentos. A mão-de-obra utilizada com o crédito inflacionário tinha de ser desempregada, os estoques de matérias-primas tinham de ser desfeitos, e o capital tinha de ser desativado.

Embora ocorresse um período de desativação econômica e de realocação de mão-de-obra e dos demais fatores de produção, não chegava a se configurar como de crise, uma vez que a desativação era localizada e auto-ajustável, pois os desempregados, após um período de ajuste, voltavam aos seus empregos de origem ou arrumavam novas colocações no mercado.

O período de ajuste, entretanto, sempre sensibilizou os políticos, desejosos de **fazerem** alguma coisa, mas que, desprovidos de amparo técnico, não desenvolviam uma ação concreta, ficando apenas na retórica. Foi quando surgiu Keynes com a sua Teoria Geral, advogando a intervenção do governo para **reparar** o desemprego do início dos anos 30, desemprego este que, diga-se de passagem, foi criado pelo próprio Banco Central americano, conforme mais tarde nos ensinava Milton Friedman (1963), na sua **História Monetária dos Estados Unidos**, escrito junto com Anna Schwartz.

A lição de Keynes, de que bastava o governo gastar mais do que arrecadava nos períodos de desemprego e fazer o contrário nos períodos de *boom* econômico, para que se eliminassem os ciclos depressivos, custou caro ao Mundo. Era o que faltava aos políticos para sustentarem as teses de aumento dos gastos, principalmente nos seus redutos eleitorais. Surgia, dessa maneira, a estrutura sob a qual iriam erguer-se as verdadeiras crises no mundo capitalista.

2 - A metamorfose das crises

As crises, a partir de Keynes, mudaram de perfil. Embora ainda haja o empresário afoito que erra nos seus cálculos e gasta demais ou realiza investimentos inviáveis à luz da realidade econômico-financeira, induzido, muitas vezes, pelo dinheiro fácil provocado pelas emissões monetárias exacerbadas, não são esses erros que vão conduzir, necessariamente, às crises. Aliás, esse tipo de erro sempre vai existir numa economia de mercado, mas localizados e auto-ajustáveis, mantendo-se na própria empresa, quando muito, no setor em que se originou, pelo fenômeno da falência e/ou da possibilidade de se reduzir não só o volume de mão-de-obra, como o dos demais fatores utilizados no processo de produção.

Entretanto, com a introdução do **Estado benfeitor**, as crises tornaram-se possíveis, de forma não ajustável. O crescimento do setor estatal burlou as leis econômicas. O Estado passou a crescer de forma assustadora no Mundo, seja na forma de Estado produtor ou prestador de serviços, seja na de Estado interventor. Na de Estado produtor de bens e serviços, o governo passou a desempenhar uma função econômica, sem estar preparado para ela, pois, se, de um lado, existe uma tendência forte para se aumentarem os gastos via aumento das atividades estatais, não existe, de outro, para reduzi-los, devido à falta de flexibilidade não só financeira, como mercadológica e administrativa, requeridas para a manutenção do equilíbrio econômico.

Isentaram-se, também, os administradores públicos da responsabilidade de seus erros gerenciais, quando se poderia vinculá-los às reduções dos salários ou às perdas dos empregos. Com isso, o setor estatal tende a superutilizar o uso dos fatores de produção, passando a operar, via de regra, com mais mão-de-obra, mais capital e mais matérias-primas do que a prudência financeira o aconselharia a operar.

A falta de vinculação dos recursos próprios dos administradores públicos com os prejuízos provocados pelos seus erros tende a fazer, também, com que haja um menor envolvimento deles no dia-a-dia das instituições que dirigem ou gerenciam e a fazer com que aceitem com mais benevolência do que os administradores da iniciativa privada as falhas do sistema.

Há, de outra parte, um conluio com os empregados que, não obstante o uso inadequado dos fatores de produção, são os primeiros a exigir aumento do quadro funcional, dos salários e da melhora dos prédios em que trabalham. Também não dão atenção, ao menos nas proporções devidas, para os desperdícios públicos, seja em materiais de expediente, seja em matérias-primas utilizadas no processo de fabricação ou no fornecimento dos serviços. A título de ilustração, de 1984 a 1990, os salários e os encargos do setor público praticamente dobraram em relação ao Produto Interno Bruto — de 5,65% do PIB para 10,49% — e continuam a crescer dessa data até os dias de hoje.

Parece haver, não só pelo quadro funcional do setor público, como pela própria sociedade, uma pressuposição generalizada de que os prejuízos das empresas estatais e/ou o excesso de gastos do setor governamental direto podem e devem ser cobertos por subsídios governamentais extraídos dos contribuintes, via imposto inflacionário, via imposto tributário ou via empréstimos. Mas, quando as pressuposições se materializam, começam a surgir as crises, que, oriundas das dificuldades financeiras do setor público, se alastram, inapelavelmente, por todo o setor privado.

3 - O excesso tributário como fator de crise

A primeira solução que o governo encontra para resolver as suas dificuldades financeiras é através do aumento dos impostos, sem levar em conta que, quanto maior forem as alíquotas sobre o setor privado, menor vai ser a produção, chegando-se a um limite em que a maior alíquota, em vez de aumentar a receita governamental, a reduz.

Esse é o caso tratado por Arthur Laffer, economista norte-americano, que foi o primeiro a correlacionar, tacitamente, o aumento da alíquota à queda da produção e à menor receita tributária, enfocando, em seu trabalho, que há duas maneiras de o governo não obter receita alguma: a primeira é com uma alíquota zero, e a segunda é com uma alíquota de 100%. A correlação do aumento da alíquota com a queda da arrecadação tributária é conhecida como **Curva de Laffer**, em alusão ao seu criador.

Há um limite, portanto, acima do qual não se pode ultrapassar as alíquotas, sob pena de se levar à falência não só as atividades estatais que vivem do imposto, mas todo o setor privado que o paga. Ademais, esse limite não é absoluto, mas relativo, no sentido de que qualquer aumento de alíquota, por menor que seja, conduz a uma queda da produção que significa menor volume de empregos e do uso dos demais fatores de produção ou, em outras palavras, menor atividade econômica ou maior pobreza.

As crises, dessa maneira, não são provocadas por fatores externos à economia, mas por fatores internos. E o único setor que consegue manter uma crise por período relativamente longo e fazer com que ela se alastre pelos demais setores é o governo. Como ele não quer, por problemas de interesse, ou não consegue, por problemas legais, reduzir os seus gastos, tenta aumentar os impostos, deflagrando, dessa maneira, as crises no setor privado.

As crises, então, são forjadas pelos erros governamentais. São provocadas pelos burocratas, que insistem em manter os gastos, em vez de reduzir as despesas, como, aliás, é procedimento comum na atividade privada, que, diante das adversidades econômicas ou dos erros financeiros dos seus administradores, costuma desempregar mão-de-obra e usar menos fatores de produção do que usavam.

Os burocratas, porém — incluídos nessa espécie os do Poder Legislativo e os dos Poderes Executivos federal, estadual e municipal —, quando se deparam com dificuldades financeiras, em vez de reduzirem as despesas dos órgãos governamentais e de se adaptarem ao tamanho da economia, tomam o caminho errado: aumentam os impostos, tentando fazer mais receita para cobrir o rombo financeiro provocado pelo uso excessivo dos fatores de produção e/ou pelos seus erros de avaliação econômica.

Como a queda da economia e, conseqüentemente, dos salários e do emprego, provocada pelo aumento do imposto, não é transparente ao leigo, nem aos economistas menos acostumados aos meandros da ciência econômica, o processo leva tempo para aparecer e para ser contestado, portanto, pela sociedade.

Ao contrário, a sociedade, às vezes, até aplaude o aumento dos impostos, imaginando que não vai ser afetada pela queda do emprego ou dos salários. Alguns economistas do setor estatal, tentando provar o contrário, apelam para a matemática, mostrando uma correlação positiva do aumento de determinada alíquota com o aumento da receita, desconhecendo que a economia é uma ciência que nem sempre se presta para esse tipo de comparação, pois a criação, por exemplo, de um imposto novo sobre a produção pode até gerar, no início, uma receita extra, apesar de causar

grande queda da produção e do emprego. Contudo essa receita não se mantém por longo tempo, sendo, na maioria das vezes, compensada com a queda na arrecadação tributária de outros impostos incidentes sobre a produção, invisíveis aos olhos desses economistas matemáticos.

A sociedade também não se insurge contra os impostos incidentes sobre a mão-de-obra, porque imagina que eles não estão correlacionados ao desemprego e/ou aos baixos salários, pois, como são as empresas as responsáveis pelo seu recolhimento, pensam que a **conta** não vai sair do **bolso** deles.

Por isso, os burocratas não sofrem maiores pressões da sociedade por eficácia na administração pública. Contam, na maioria das vezes, com o beneplácito da sociedade, principalmente dos sindicatos, que exigem maiores benefícios para os sindicalizados, desconhecendo que esses benefícios, acima do padrão salarial ditado pelo mercado, só pode sair na forma de imposto, num processo circular nocivo, que acaba causando desemprego e queda salarial no seu próprio reduto.

Para os estudiosos da ciência econômica, essa é uma forma de geração das crises nas economias mundiais, principalmente nas dos países subdesenvolvidos, onde o Estado costuma ser mais atuante.

4 - A inflação como geradora das crises

A inflação também é um imposto — o imposto inflacionário —, utilizado pelo governo como complemento de receita tributária. O valor do imposto inflacionário pode ser estimado pelos lucros do Banco Central.

A título de ilustração, o lucro inflacionário no Brasil, no ano de 1993, andou em torno de US\$ 16 bilhões, valor obtido pelo Banco Central com a inflação, transferido ao governo e que corresponde a cerca de 50% dos impostos federais, se tirarmos fora do cálculo a arrecadação previdenciária e as contribuições sociais sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas, o PASEP e o faturamento.

A inflação surge quando o governo, querendo sustentar uma posição de gasto superior às receitas tributárias, começa a emitir dinheiro além das possibilidades de crescimento da economia.

Esse procedimento tem sido uma das principais fontes de crise em países subdesenvolvidos, administrados por governantes ineptos. Começa, em geral, quando o governo quer levar avante projetos, tanto de investimentos quanto de prestação de serviços, insustentáveis à luz da realidade econômico-financeira. Na maior parte das vezes, o uso excessivo dos fatores de produção mantém-se oculto da sociedade, pois se configura em aumentos paulatinos, mas consistentes, da mão-de-obra de um ou de outro departamento público ou na criação de novos cargos e/ou de departamentos no setor estatal.

O fato é que esses empregos são insustentáveis no decorrer do tempo, pois só podem ser mantidos com inflação crescente. Considerando-se que, cedo ou tarde, a inflação tem de acabar e que os ganhos do imposto inflacionário têm de ser revertidos, quando esse momento chega, o governo, a exemplo do que costuma fazer a iniciativa privada, tem de desempregar e adequar a sua capacidade às possibilidades da economia.

Entretanto esse não é exatamente o procedimento governamental. Em vez de adequar o seu tamanho e reduzir os seus gastos à capacidade da economia, faz justamente o contrário, os mantém e, na maioria das vezes, os aumenta.

O aumento do imposto, como já mostramos anteriormente, vai afetar os preços relativos e a estrutura da economia do setor privado, causando queda da produção, da renda e do emprego, sendo o principal responsável pelas crises existentes não só no nosso país, mas em toda parte onde existam governos despreparados economicamente ou movidos por interesses políticos de origem duvidosa.

A inflação, entretanto, não faz inchar o setor estatal. O setor financeiro também tende a inchar, pois, embora não seja responsável pelas emissões monetárias exageradas, é um dos grandes beneficiados por elas, juntamente com o governo. A título de ilustração, 41% das receitas obtidas pelos seis maiores bancos privados brasileiros no ano de 1993, segundo a empresa de assessoria Engenheiros Financeiros & Consultores, foram obtidos com a inflação.

A grande diferença, porém, entre o setor estatal e o setor financeiro é que, quando ocorre queda da inflação e acabam os ganhos inflacionários, o setor financeiro reduz o seu tamanho, fechando agências, desempregando e adequando-se à nova realidade, não podendo, dessa maneira, ser responsabilizado pelas crises que ocorrem na economia.

O governo, de outra parte, não costuma fazer o mesmo. A queda da inflação vai retirar, como enfocamos, cerca de 50% dos recursos federais no Brasil, fundos que eram obtidos via imposto inflacionário. E a única maneira — **não há outra** — de ele administrar essa situação é através da redução dos seus gastos, procedimento que implica desempregar e usar menos os outros recursos que costumava usar cotidianamente. A grande questão é saber como fazer isso sem ferir as leis e demais normas legais, uma vez que o Estado encontra-se atrelado às decisões jurídico-burocratas, que tolhem a ação dos dirigentes estatais, por mais corajosos e bem-intencionados que sejam.

Economicamente, entretanto, não há outra maneira de se corrigir o desequilíbrio. O único modo de se dar ordem à economia é reduzindo o emprego e os demais recursos mal-formados onde eles se encontram. Nada mais justo, pois, que isso seja feito no setor estatal, não só porque são empregos mal-formados e recursos mal-aplicados, dadas as dimensões econômico-financeiras ideais de cada empresa e/ou setor, mas também porque, caso esse setor não encolha, vai encolher os demais.

A ilustração geralmente usada para o tipo de emprego é a de um tumor expansivo que surge no corpo da economia e que, para sobreviver, tem de se alimentar das células sadias, num processo autofágico de exterminação. Não é verdade, portanto, que o corte desses processos tumorais econômicos traz o desemprego, como afirmam os leigos em economia. Trata-se de uma ação para curar a doença e não para ferir o paciente. Caso não seja extirpado, vai afetar as demais partes do corpo econômico, pois precisa das células boas para crescer.

A alegação técnica para não desempregar e fazer cortes nos gastos do setor estatal é a de que, segundo estudos oficiais, apenas 2% das verbas federais são recursos gerenciáveis, ou seja, são recursos desvinculados do pagamento da folha de pessoal, da quota-educação, das transferências para estados e municípios e de outros vínculos de receitas com despesas.

A Constituição de 1988, no seu artigo 167, foi feliz em colocar que "(...) é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa". Afastando-se,

entretanto, do bom senso econômico e ignorando as possibilidades da economia, faz uma ressalva no inciso 4º, vinculando, em percentuais elevados, as receitas do Governo aos gastos com a educação e com as transferências aos estados e aos municípios, entre outros.

O estudo da ciência econômica é fundamental para se evitarem esses tipos de falhas econômicas e abusos administrativos. Apesar de estar escrito na Constituição brasileira de 1988 que os salários dos funcionários públicos são irredutíveis, que esses funcionários não podem ser despedidos, que certos gastos estatais são fixos e até sagrados para alguns congressistas, dentre outras sandices econômicas, sabe-se que isso é impossível, pois existe uma estrutura financeira e de capital ideal tanto para a iniciativa privada quanto para o setor estatal, da qual não podem se afastar, sob pena de falência geral, ou, como enfatizamos acima, da morte do doente.

As crises, dessa maneira, nascem quando se tenta viver além das posses e não quando essa anomalia é corrigida. Os principiantes em economia muitas vezes se insurgem contra as teorias que exigem a adequação das emissões monetárias às possibilidades de crescimento real da economia, alegando que essa adequação causa desemprego. O desemprego, entretanto, é uma consequência do erro e não da sua correção. Não existe desemprego na concepção econômica normal da palavra, mas empregos mal-formados, que nunca deveriam ter sido criados.

As crises mantêm-se por períodos longos, porque o governo, desconhecendo os fatores epistemológicos da economia, em vez de adequar o seu tamanho à realidade econômica, tenta manter uma estrutura econômico-financeira anormal, via aumento da inflação, do imposto e/ou do seu endividamento, disseminando, com isso, as crises por todo o mercado.

5 - A privatização: solução consistente para a crise brasileira

Enfocamos que o Estado, no decorrer do tempo, passou a desempenhar atividades que poderiam ser desempenhadas pela iniciativa privada. As alegações para esse procedimento eram as de **falta de interesse privado, relevante interesse nacional**, dentre outros absurdos do gênero.

Sob essas alegações, o Governo entrou no campo da energia, passando a produzir petróleo, eletricidade e usinas atômicas; da siderurgia, passando a produzir ferro e ligas de aço de todos os tipos; da aviação, passando a produzir aviões; das quinquilharias, passando a produzir botões, chocolates, copos, cintos de couro, sutiãs e, por incrível que pareça, passou também a ser proprietário de motel.

Acontece que, desde o alerta do economista austríaco, Ludwig Von Mises (1990), no seu **Ação Humana**, sabe-se que não é possível realizar o **cálculo econômico** nas economias centralizadas, ou seja, que esse tipo de sistema vai sempre operar, com o tempo, de maneira ineficaz, comparado às economias que obedecem às regras do mercado. Por isso, os economistas sabem que o governo tem de ser mínimo.

Murray Rothbard, economista norte-americano, ampliou o conceito, mostrando que as empresas e os órgãos administrados pelo governo vão, com o tempo, ser ineficazes em relação às empresas privadas, devendo, por isso, também serem minimizados.

Essa teoria econômica tem sido amplamente confirmada na prática. A USIMINAS, por exemplo, privatizada em 24.01.91, devido ao enxugamento de pessoal e à redução no uso dos demais fatores de produção, apresentou, em 1992, um balanço com lucros superiores a quatro vezes o de antes da privatização.

Quando, por sua vez, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) foi privatizada (16.07.92), dizia-se que o alto forno dela iria explodir, caso não fosse imediatamente feita a sua reforma, para a qual estava orçado o equivalente a US\$ 180 milhões. Bom, além de não explodir, o forno bateu recordes de produção, conforme informações do seu Presidente, Israel Vainboin, dadas ao Jornal do Brasil (29.05.94), onde diz que conseguiu fazê-la sair de um prejuízo de US\$ 149 milhões, antes da privatização, para um lucro de US\$ 33 milhões já no ano de 1993.

Feito, ademais, novo orçamento para recuperar o forno, agora levando em conta o **o olho do dono**, aquele que pechinha e faz o jogo competitivo, os valores baixaram para US\$ 90 milhões, ou seja, para a metade do preço do valor antes orçado, quando a empresa era um "bem público".

A extravagância no uso dos fatores de produção e, conseqüentemente, o funcionamento irreal da atividade pública relatados acima são, para os economistas austríacos, um fato econômico-científico. Em outras palavras, qualquer empresa pública tenderá, no decorrer do tempo, a operar de maneira ineficaz, se comparada à empresa privada do mesmo ramo, devido a não se poder efetuar nela o **cálculo econômico**. Em termos práticos, isso significa que os países que se valem desse tipo de empresa vão obter menor quantidade de bens e serviços, menor volume de empregos e menores salários na economia como um todo, traduzindo-se em maior pobreza para eles.

O fato é que essa lei econômica diz que há uma tendência no serviço público a se superestimar a quantidade dos fatores utilizados no processo de produção ou na prestação dos serviços, como, por exemplo, utilizando-se mais capital (prédios suntuosos, maior quantidade de recursos em caixa), mais matérias-primas (estoques exagerados) e mais mão-de-obra, além de se pagar, também, um preço ou um salário mais elevado por esses fatores do que os que são pagos na iniciativa privada.

Segundo a Fundação Joaquim Nabuco, de Recife, só no Governo do Presidente José Sarney (1985-89), a União aumentou seus gastos com mão-de-obra em 99,5% em termos reais: de 2,06% para 4,11% do PIB. Mesmo diante de uma grande queda na renda, na década de 80, denominada pelos economistas de a "década perdida", a atividade pública aumentou sobremaneira o contingente de mão-de-obra e os salários do funcionalismo público da sua Administração Direta. Mas não foi só a União. A folha de pagamento dos estados cresceu, por sua vez, 88,7%, e a dos municípios, 95,7%, levando muitas pessoas a perguntar: **década perdida para quem?** E a responder de uma forma excludente: **para o setor estatal é que não foi.** À custa, porém, do setor privado...

A impossibilidade de se efetuar o **cálculo econômico** subjetivo nas empresas públicas também é uma questão de flexibilidade administrativa. O dia-a-dia empresarial requer decisões tempestivas, que nem sempre os administradores públicos, até por limites burocráticos, têm condições de tomá-las, via de regra, são decisões inapropriadas para o momento, que redundam em desperdícios de toda ordem à economia do país.

Por isso, não só o mundo capitalista, mas também o socialista vem privatizando, mesmo sob forte ataque político da esquerda, as suas empresas públicas, maneira segura de evitar prejuízos futuros e, ao mesmo tempo, de fazer dinheiro e de poder adequar a dívida pública, reduzindo o pagamento dos juros, de sorte a diminuir as despesas e a equilibrar as entradas com as saídas.

Deve-se privatizar, portanto, as empresas públicas, não apenas como uma forma de fazer caixa e de arrumar um pouco de dinheiro para ajudar na cobertura do déficit público, mas, também, porque não se consegue efetuar nelas o **cálculo econômico**.

As privatizações, desse modo, são uma maneira segura não só de fazer caixa, como de evitar prejuízos futuros para o governo.

O Governo brasileiro privatizou 25 empresas estatais até março de 1994, recebendo, por elas, o equivalente a US\$ 7,25 bilhões, conforme a Tabela 1.

Muitas empresas, além das citadas na Tabela 1, ainda devem ser privatizadas no Brasil. As mais importantes estão nos setores de energia e de telecomunicações, que, se privatizadas, renderão bons dividendos ao Governo e evitarão gastos futuros.

Tabela 1

Empresas privatizadas no Brasil

(US\$ milhões)

EMPRESAS	VALOR
CSN	1 607,2
USIMINAS	1 480,3
COPESUL	827,6
Açominas	598,5
Acesita	465,4
COSIPA	359,8
CST	347,6
PQU	269,9
Petroflex	234,1
Ultrafértil	210,5
Fosfértil	182,0
Piratini	107,8
CELMA	91,1
Poliolefinas	87,1
Alcalis	81,1
PPH	59,4
Polisul	56,8
Oxitenó	53,9
MAFERSA	48,8
Nitriflex	26,2
COSINOR	15,0
Goiásfértil.....	13,1
SNBP	12,0
CBE	10,9
Indag	6,8
TOTAL	7 253,3

Deve-se ter presente que o **cálculo econômico** é um conceito subjetivo, que envolve ação diária intensiva empresarial. Alguns economistas dizem que é impossível se efetuar, em toda a sua extensão, o **cálculo econômico** na administração pública, porque ela não tem dono, uma vez que os contribuintes, seus proprietários, estão tão dispersos na economia que não conseguiriam, nem que quisessem, exercer um controle eficaz sobre os seus administradores. O cerceamento burocrático também impede que os administradores públicos sejam dinâmicos e estabeleçam as relações de troca no tempo oportuno, agindo, na maioria das vezes, extemporaneamente, o que se configura, em ações destituídas de significado econômico-financeiro.

Muitos políticos, orientados por economistas despreparados, costumam colocar o problema da administração pública em termos morais, imaginando que podem reverter a situação e dar eficácia às empresas públicas, bastando perseverança, responsabilidade e outras coisas mais, sem saber que os fatores que ocasionam o marasmo público e a sua ineficácia são totalmente distintos dos fatores que regem a virtude humana, tanto moral, quanto ética ou religiosa.

A impossibilidade de realizar o **cálculo econômico** nas empresas públicas é uma questão econômico-científica válida para qualquer país, seja capitalista, seja comunista. Acaba premiando e obtendo a ineficácia, independentemente de contarem com homens honrados, inteligentes, cultos, religiosos, de bom caráter e bem intencionados.

Por isso, **privatizar é preciso**. O Brasil não pode ficar de fora de decisões que ocorrem no Mundo. O governo conservador da Itália, por exemplo, tem um plano que visa obter para os cofres públicos US\$ 50 bilhões com a privatização das estatais do petróleo, da eletricidade e das telecomunicações. Caso o Brasil faça o mesmo e venha a privatizar não só a PETROBRÁS, como as suas subsidiárias — as empresas de eletricidade e de telecomunicações, além de outros "monstros jurássicos" —, obterá um volume de recursos mais do que suficiente para cobrir déficits operacionais do Governo Federal e dos estados já existentes ou que porventura surjam com a implementação do Programa de Estabilização Econômica. Estaria, além do mais, evitando prejuízos futuros, podendo, a partir daí, destinar os recursos dos contribuintes para fins mais nobres, como, por exemplo, para segurança pública, hoje relegada ao descaso por falta de verbas.

6 - Conclusão

O Mundo, vez por outra, sujeita-se ao ataque de pragas, de pestes e de efeitos meteorológicos — que vão das secas, às cheias, dos tufões, terremotos e vulcões aos açoramentos e às perdas da fertilidade do solo — que afetam as suas economias. Apesar do avanço tecnológico, continuamos convivendo com esse tipo de problema no presente e, parece, ainda vamos continuar convivendo com alguns deles por muito tempo, dada a força incontrolável da natureza.

Esses tipos de problemas, porém, não conseguem tirar o ânimo empresarial das pessoas. Talvez porque saibam que a natureza é imparcial, não visa prejudicar este ou aquele, podendo-se dizer que os fenômenos acontecem aleatoriamente. Ou, talvez, porque saibam que, geralmente, esses fenômenos são passageiros e que, dadas as probabilidades, não costumam ocorrer seguidamente. O fato é que eles não desmotivam o homem, que volta a produzir de novo, às vezes, até com maior empenho, dedicação e esforço do que antes.

Embora causem queda de produção e afetem negativamente o PIB, tornando os países e as pessoas mais pobres, os fenômenos meteorológicos, as pragas e as pestes

não chegam a se configurar como crises, caso não haja interferência governamental para reparar as perdas individuais.

Como a reparação das perdas só pode ser feita mediante redistribuição de renda, ao interferir nos prejuízos, o governo tem de recorrer à tributação e/ou ao imposto inflacionário, acabando, com isso, por afetar os preços relativos e a estrutura de produção. Acaba, também, estendendo as dificuldades para os demais setores e causando mais pobreza do que as ocasionadas pelos fatores que geraram as dificuldades.

Caso o governo não intervenha na ordem econômica, as dificuldades econômico-financeiras causadas pelas influências exógenas não têm chance de vingar e de se transformar em crises ou em depressão econômica. A história demonstra, entretanto, que o governo não consegue ficar apático ante as **dificuldades humanas**. Procura agir e remediar situações que, diga-se de passagem, são irremediáveis como um todo, a não ser pelo aumento da produção.

Como o governo não gera renda, a única maneira de corrigir os prejuízos de uns é tirando de outros, via aumento dos impostos tributários ou da inflação, que é o mais perverso de todos os impostos. Para fazer essa "correção", entretanto, o governo tem de criar departamentos, divisões, secretarias, etc. e aumentar o volume de gastos (maior número de funcionários públicos, maior quantidade de matérias-primas, de capital, etc.). Essa atividade-meio faz com que apenas parte dos recursos tirados dos contribuintes na forma de impostos chegue, efetivamente, aos necessitados.

O pior de tudo, ainda, não são os gastos de manutenção da atividade estatal, mas a desordem que o governo causa nos preços relativos e na estrutura de produção com a intervenção. Da mesma forma que intervém para evitar prejuízos oriundos da natureza, pode intervir para evitar falências empresariais, sob a alegação de manter a mão-de-obra empregada. Esquece que toda ação empresarial envolve um risco, e esse risco está dentro dos preços dos produtos vendidos pelas empresas. A **ajuda** cria uma cultura social de que o governo é o salvador. Os riscos, com isso, são subestimados. Os prejuízos passam a ser uma constante. Surgem fortes pressões por subsídios...

O custo disso, entretanto, seria ilimitado. Como o governo só consegue aumentar a sua renda, reduzindo a do setor privado, a necessidade de recursos governamentais não teria fim, pelo menos até que a elevação do imposto tributário aumentasse as receitas públicas. Essa etapa é quando as alíquotas são baixas. Os **rendimentos**, porém, com esse tipo de política, são **decrecentes**, tendo em vista que os impostos fazem parte dos custos empresariais daqueles que os pagam. A cada tentativa de aumento das alíquotas, caem as vendas das empresas. Isso faz com que um aumento de 10% na alíquota proporcione, inicialmente, um aumento de 10% na receita tributária. Entretanto, com o aumento continuado das alíquotas, um aumento de 10% vai proporcionar um aumento menor do que 10% na receita do Estado. Depois, com a continuação dos aumentos, não há mais ganho nas receitas governamentais, chegando a um limite em que, em vez de a política fiscalista aumentar a arrecadação tributária, a reduz.

Dentro dessa concepção, as crises são geradas pela insistência governamental em não ver que o aumento continuado das alíquotas reduz, em vez de aumentar, a arrecadação tributária do Estado. O processo de aumento cria grande leva de desemprego na atividade privada que, devido ao longo tempo de permanência, se configura como crise.

Outra maneira de o governo gerar crises é através do uso dos recursos inflacionários para cobrir gastos também inviáveis à luz da realidade econômica. A título de ilustração, o Governo obteve, no ano de 1993, o equivalente a cerca de US\$ 16 bilhões via imposto inflacionário. A baixa da inflação, ou seja, a baixa das emissões monetárias requer ajustes governamentais que implicam redução no uso dos fatores de produção: terra, capital e trabalho.

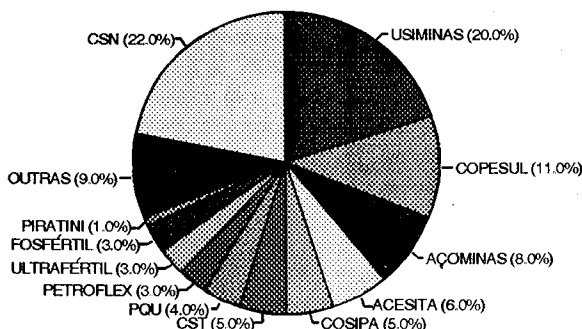
Esses ajustes, contudo, não se tratam de desemprego, no sentido comum da palavra. Tratam-se da correção de uma anomalia. Os empregos criados sem amparo da poupança ou sem a abstinência do consumo são insustentáveis à luz da realidade econômica. Cedo ou tarde, têm de ser desativados. Esses empregos encontram-se no setor estatal. As crises surgem devido ao fato de o Governo tentar mantê-los. Para mantê-los, porém, só com o desemprego correspondente do setor privado. A regra é que, para se investir num caminhão, tem de se gerar, primeiro, uma poupança equivalente a um caminhão. O Governo, além de burlar essa regra, faz muito pior: quando chega a época do ajuste, em vez de cortar a anomalia, tenta mantê-la, em detrimento dos empregos normais da economia. Como isso é impossível economicamente, temos, como resultado, uma grande crise.

Uma solução consistente para o Governo é a da privatização das empresas públicas. Além de receber o produto da venda, que pode usar para reduzir as suas dívidas e/ou equilibrar os déficits públicos, evita prejuízos futuros. Isto porque as empresas públicas, devido a não se poder efetuar nelas o **cálculo econômico**, tendem, com o tempo, a ser deficitárias. A privatização, portanto, é uma forma consistente de reduzir a atividade do Estado, pois implica desativação de capital, de matérias-primas e de mão-de-obra, requeridas nos processos de ajustes econômico.

O Estado, contudo, continua sendo fundamental na economia, principalmente como agente orientador e estimulador do correto funcionamento do mercado. As privatizações, dessa maneira, não significam afastar o Estado da economia. Ao contrário, pretendem liberar espaço para que ele se dedique àquilo que sabe fazer bem, como, por exemplo, zelar pelo cumprimento dos contratos sociais e cuidar da segurança interna das pessoas e externa do País.

GRÁFICO 1

EMPRESAS PRIVATIZADAS NO BRASIL



FONTE: Ministério do Planejamento.

NOTA: Valor total de US\$ 7.253,30 milhões, referente a maio/94.

Bibliografia

- FRIEDMAN, Milton, SCHWARTZ, Anna (1963). **A monetary history of the United States, 1867-1960**. Princeton University.
- HABERLER, Gottfried (1953). **Prosperidad y depresión: análisis teórico de los movimientos cíclicos**. México: Fondo de Cultura Ecnómica.
- HAYEK, Friedrich von (1985). **Desemprego e política monetária**. Rio de Janeiro: José Olympo.
- HAYEK, Friedrich von (1982). **Money, capital and fluctuations: early essays**. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- JORNAL DO BRASIL (29.5.94). Rio de Janeiro.
- LAFFER, Arthur (1981). The new economics: a debate. **Economic Impact**, Washington: ICA/USA, n.35.
- MISES, Ludwig von (1981). **The theory of money and credit**. Indianapolis: Liberty Classics.
- MISES, Ludwig von (1990). **Ação humana: um tratado de economia**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- MISES, Ludwig von (s.d.). **Monetary stabilization and cyclical policy**. Nova Iorque: Dobbs Ferry/Free Market Books. p.57-171.
- PIRIE, Madsen (s.d.). **Princípios e práticas da privatização**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- SOTO, Jesús Huerta de (1992). **Socialismo, calculo económico y función empresarial**. Madrid: Unión Editorial.